

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 12



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 12. / Filipe Lins dos Santos.
(Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2025.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-140-1

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II.
Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Capítulo 26

**DESNATURALIZADO A SUBORDINAÇÃO/
DESCONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO: REFLEXÕES
SOBRE GÊNERO E CULTURA**



DESNATURALIZADO A SUBORDINAÇÃO / DESCONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E CULTURA

DENATURALIZING SUBORDINATION / DECONSTRUCTING PATRIARCHY: REFLECTIONS ON GENDER AND CULTURE

Maria Claudia Ferreira Coutinho¹

Márcia Escobar²

Marcella Régnier³

Nayara Soares do Nascimento⁴

Pollyanna Medeiros Frutuoso⁵

Patrícia Uchoa Santos⁶

Walfrido Menezes⁷

Resumo: O presente trabalho, parte de alguns pontos de reflexões, frente as questões, voltadas para as relações entre uma cultura sexistas e a construção da cultura feminina, a partir das mudanças, transformações e os conflitos nas relações entre o masculino e o feminino. Portanto, o presente trabalho, visou refletir o processo da desnaturalização da subordinação/ desconstrução do patriarcado, frente ao processo da questão de gênero (o feminino e o masculino) no contexto cultural. Para tanto, o mesmo foi elabora através de uma pesquisa exploratória de livros, artigos e documentos, que

1 Graduated in Psychology by the Center of University Unimassau - Boa Viagem

2 Graduated in Psychology by the Center of University Unimassau - Boa Viagem

3 Graduated in Psychology by the Center of University Unimassau - Boa Viagem

4 Graduated in Psychology by the Center of University Unimassau - Boa Viagem

5 Graduated in Psychology by the Center of University Unimassau - Boa Viagem

6 Graduated in Psychology by the Center of University Unimassau - Boa Viagem

7 Professor and supervisor of internship in social psychology and health by the Center of University Unimassau - Boa Viagem



permearam os dados aqui a serem expostos. Focamos, aqui a questão da cultura patriarcal e a cultura feminina, entrelaçados em seus aspectos:

Palavras chaves: cultura; gênero; desnaturalização; patriarcado.

Abstract: This work begins with some reflections on the relationship between a sexist culture and the construction of feminine culture, based on the changes, transformations, and conflicts in the relationships between the masculine and the feminine. Therefore, this work aimed to reflect on the process of denaturalizing subordination/deconstructing patriarchy in relation to the issue of gender (the feminine and the masculine) in a cultural context. To this end, it was developed through exploratory research of books, articles, and documents that provided the data presented here. We focus on the intertwined aspects of patriarchal culture and feminine culture.

Keywords: culture; gender; denaturalization; patriarchy.

INTRODUÇÃO

O processo de conflito, nas relações entre mulheres e homens, são norteadas diante de uma dicotomia entre ambos os sexos, construídas socialmente e não oriundas de estruturas inatas, assim, não podem mais ocupar um espaço meramente biológico, mas sim, refletirem valores, hábitos e atitudes socioculturais, que nortearam a vida das pessoas em uma determinada sociedade, e que promoveram e geraram processos de discriminatórios, sexistas e androcêntricos além do entendimento por parte das mulheres, em várias direções. Enquanto os homens ainda se encontram perdidos na cultura patriarcal e sexista em sua maioria, o que envolveu também novas reflexões sobre questões de gênero.

Maturana e Verden-Zoller (2004), biólogo chileno reforçou em seu trabalho que:



Essa diferença, contudo, não determina como nos distinguimos ou deveríamos nos distinguir culturalmente como homens e mulheres, já que como entidades biológicas e culturais somos seres humanos iguais, isto é, somos igualmente capazes de tudo o que é humano. As diferenças de gênero (masculino e feminino) são somente formas culturais específicas de vida, redes específicas de conversações. É por isso que os diferentes valores que nossa cultura patriarcal confere às diferenças de gênero não têm fundamento biológico. (p.17).

Aspecto também apontado por Ayouch (2025), quando com base em uma citação de Freud (1922) disse: a diferença entre os sexos é totalmente fraca, afirma Freud; ela procede da oposição, insuficiente, entre atividade e passividade”. Portanto, reforça o apontado por Maturana e Verden-Zoller em 2004, não temos uma concepção biológica que prove tais desigualdades; a “igualdade entre homem e mulher, no ser biológico, não nega as distinções biológicas entre os sexos masculino e feminino” Maturana e Verden-Zoller (2004, p. 18).

Assim, a psicanálise, ao romper com ideias essencialistas de que o homem é ativo e a mulher passiva, aponta para um movimento gradual de ressignificação. Freud (1933), em suas “Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise”, problematizou essas oposições, afirmando que o comportamento materno, por exemplo, expressa um tipo de atividade que desestabiliza o estereótipo feminino da passividade. Ainda assim, Freud reconhece que as repressões e recalques gerados por essas expectativas culturais produzem sintomas que afetam diretamente a saúde mental.

Processo tal, corroborado por Ayouch 2025, ao apontar que na época antiga, homens e mulheres eram separados mais quanto á divisão de tarefas e á atribuição específica de poder e de caracteres consequentes do que quanto ao aparelho genital. Considerava-se que as atividades fora da casa, dos homens, os tornavam ativos, enquanto as mulheres, que permaneciam em casa, eram passivas. Os corpos se distinguiam por consequência da adaptação a estes papéis sociais e políticos, e não por uma especificidade ontológica (aborda questões relacionadas ao se, p. 271) prévia a estes papéis.

Mediante o exposto, podemos apontar que por papéis de gênero entendemos e compreendemos, que eles se referem, e são processos socialmente construídos, e, portanto, não inatos, que foram e



permanecem inseridos na mentalidade da sociedade, com base nas desigualdades, nas expectativas sociais que cobram comportamentos diferenciados entre os sexos, onde as mulheres são excluídas, negadas e idealizadas como submissas ao homem, enquanto eles são os provedores da casa e da família.

Assim, de acordo com Scott (apud Torrão Filho, 2005, p. 5) o conceito de gênero foi criado como oposição ao determinismo biológico nas relações entre os sexos, conferindo-lhes um caráter essencialmente social e construído. O gênero, segundo a autora, é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, funcionando como um dos principais mecanismos de significação das relações de poder.

Na visão de Bourdieu (1989, apud Menezes1 2011), como o poder é também simbólico, reflete-se em todos os âmbitos da sociedade, gerando desigualdades na maioria das vezes difíceis de serem modificadas. De acordo com esse autor (1998), o poder é um processo invisível, que ocorre onde menos se espera e no mais profundo do ser, isto é, “[...] pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem.” (BOURDIEU, 1998, p. 8). Dessa forma, o machismo não se organiza unicamente em torno do homem, mas faz parte também do discurso de muitas mulheres. Ele raramente é questionado por grande parte delas. Como apontou Saffioti:

Imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo. (2004, p. 102).

Trata-se de um poder que, ao se refletir em todos os âmbitos da sociedade, gera desigualdades frequentemente difíceis de serem modificadas, já que o machismo não se organiza exclusivamente em torno dos homens, mas também está presente no discurso e na prática de muitas mulheres. Em muitos casos, ele sequer é questionado por elas.



O que é corroborado por Saffioti, (2004, p. 35/54), ao apontar que as estruturas da sociedade com base no “sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder (o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna o Estado.), cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres.” Estado.” (Saffioti, 2004, p. 54).

Essas construções de gênero são sustentadas por símbolos culturalmente disponíveis — mitos, narrativas, doutrinas religiosas, políticas, educativas e jurídicas — que reforçam a oposição binária entre o masculino e o feminino. A psicanálise contribui nesse debate ao trazer uma compreensão da subjetividade, indicando que a identidade de gênero também é uma construção inconsciente, atravessada por experiências culturais e simbólicas.

Torrão Filho (2005) complementa que o gênero, enquanto categoria analítica, tem o poder de transformar paradigmas tradicionais do conhecimento. Ao lado das categorias de classe e raça, o gênero permite incluir os discursos dos sujeitos historicamente oprimidos, analisando os sentidos e a natureza dessa opressão.

Portanto, é no bojo dessas relações sociais que se vai construindo a identidade de gênero. Ela começa no nascimento e vai se estruturando na infância, adolescência e idade adulta, no trato das relações sociais, familiares e na educação escolar. De acordo com Bourdieu (1999, p. 34), “cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto, sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes”.

Tais estruturas organizaram-se também em torno do sistema econômico, apoiando-se na ideia de propriedade privada, bem como na continuidade da herança, portanto, no patriarcado. Os homens, historicamente, se apropriaram do poder, que lhes concedia o pleno e total direito sobre a mulher e a prole.

Assim, a percepção de gênero é inserida em um modelo de submissão da mulher diante do homem, reflexo de um longo, permanente e exaustivo processo de opressões e condicionamentos sociais. Que ao promoverem diferentes papéis,



o público para os homens e o privado para as mulheres: Elas se usam, em geral, para justificar a subordinação de um ser humano a outro e, em particular, para justificar a subordinação da mulher ao homem, sob o argumento dos papéis masculino e feminino (Maturana e Verden-Zoller, 2004, p. 21).

O processo androcêntrico, portanto encontra-se respaldado no patriarcado, fortalecido pela religião e pelo Estado, de pelo capitalista perpetuou e continua perpetuando atitudes e posturas sexistas, que restringem tanto as mulheres como os homens. Assim, as meninas e os meninos, desde a mais tenra idade, vão incorporando os procedimentos e realizando as interpretações dos papéis sociais de gênero que cada um deve desempenhar em seu meio – já pré-estabelecidos nos seus contextos de vida e apreendidos e internalizados na educação familiar, bem como ampliados e reforçados no processo de socialização e de educação escolar.

Portanto, a identidade de gênero da mulher e do homem incorporam os comportamentos que foram e são traçados ao longo da história da humanidade e reforçados pela educação escolar, definindo e estruturando os papéis sociais em que cada um dos sexos deverá agir, interagir e expressar sua feminilidade e masculinidade no mundo, e daí se estrutura o sexismo em nossa sociedade.

O sexismo “hostil” é caracterizado por atitudes explícitas de desvalorização das mulheres, especialmente daquelas que desafiam os papéis de gênero tradicionais. Ele envolve a crença de que as mulheres são manipuladoras, incompetentes, irracionais ou perigosamente sedutoras. Essa forma de sexismo tem como principal função punir comportamentos considerados inadequados para o “lugar da mulher” na sociedade — ou seja, qualquer conduta que questione a sua submissão, docilidade ou dependência.

Portanto, a partir de um recorte temporal, vamos perceber que a partir da segunda metade do século XX, e no atual século, as antigas relações começaram a serem questionadas, pelo conjunto de muitas mulheres, ao passarem por mudanças significativas e transformadoras, diante dos avanços da escolaridade, saída das mesmas para o mercado de trabalho (saindo do privado para o público) e dos movimentos feministas.



A Revolução Industrial na Inglaterra, a Revolução Francesa, os movimentos sociais, o capitalismo, o feminismo, a descoberta da pílula e, com isso, a separação entre sexualidade e reprodução., o movimento das mulheres, e acrescentamos aqui no Brasil a luta das sufragistas, a ida das mulheres para as universidades, ao mercado de trabalho, implicou em transformações no contexto social, cultural, socioeconômico, dentre outros.

Embora essas relações tenham passado por mudanças significativas a partir da segunda metade do século XX, com o avanço dos movimentos feministas, estas ainda não contemplam a totalidade do universo feminino. Mas, efetivas mudanças começaram a acontecer para as mulheres a partir das décadas de 1950 e 1960.

Em decorrência de tudo, pequenas conquistas foram afetando e mudando a realidade feminina, como a entrada cada vez maior de mulheres na universidade e no mercado de trabalho, ou seja, sua saída do privado para o público.

Tais transformações, promoveram e desencadearam novas referências, que apareceram no contexto cultural/social, bem como no plano pessoal. As relações tradicionais e as mudanças, foco desse trabalho, quando as mulheres saíram do espaço privado e foram em direção ao espaço público, transformou os antigos modelos tradicionais, se não ainda em todas, ocasionaram as mudanças.

Na contemporaneidade em lugar do tradicional modelo da mulher no espaço privado para elas, as relações passaram e se encontram inseridos em modelos mais flexíveis, onde os mesmos (mulheres e homens) podem desenvolver diferentes concepções sobre confiança, apego e intimidade, podendo assim impactar a compreensão de vínculo e amor, ampliando assim as opções de configurações emocionais (pessoais) e familiares. (Freud, 1901-1905).

Mediante as novas estruturas sociais, da vida pessoal e psíquica, estudadas por Freud em sua época, não foi impedimento para contextualizá-la no presente momento, ou seja, um novo olhar da psicanálise, já que a estrutura psicanalítica continua permeando até hoje os aspectos que se expressa na atualidade, em relação a subjetividade, bem como, o consciente, o supereu, o inconsciente, o aparelho psíquico, as pulsões, entre outros, que estão inseridas nos sujeitos psicossociais.



Observa-se que a temática tem ganhado destaque tanto no campo psicossocial quanto no psicanalítico, além de outras abordagens psicológicas. Esse interesse também se reflete no meio acadêmico, especialmente em discussões relacionadas à saúde mental, integrando teoria e prática nas análises e evidenciando sua relevância crescente. Assim, o presente trabalho a partir do olhar da psicanálise em torno das novas formas de relacionamento e suas estruturas de conflito, frente a dicotomia entre a cultura sexista e a feminina, nos levou a realizarmos esse trabalho.

Na verdade, são estereótipos, preconceitos e papéis sobre o universo feminino e masculino, que são socialmente construídos e produzidos ao longo dos anos, implicando comportamentos dissociáveis e confusos nas relações entre os seres humanos, independentemente de idade.

Os estereótipos são esquemas que concernem especificamente aos atributos pessoais que caracterizam os membros de um determinado grupo ou de uma categoria social dada. (JODELET,1999, p. 59).

Por fim, o presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e documental, seguindo os princípios de Minayo (2002), Sousa (2021) e Cardoso (2024).

METODOLOGIA

Este estudo caracterizou-se a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando abordagens qualitativas, descritivas e indutivas. A pesquisa bibliográfica foi realizada através da revisão de literatura existente sobre o tema em questão. Para Minayo, uma metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem , o conjunto de técnicas” (2002, p.16)

Por sua vez, uma pesquisa bibliográfica é um método de investigação que se baseia na revisão e análise de materiais já publicados sobre um determinado tema. Esse tipo de pesquisa consiste na identificação, seleção, leitura crítica e síntese de conteúdos existentes, como livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e outros documentos científicos. O objetivo é reunir o conhecimento previamente



produzido, avaliar diferentes perspectivas, identificar lacunas ou contradições e fornecer uma base teórica sólida que sustente a compreensão do problema estudado. Por meio da pesquisa bibliográfica, o pesquisador constrói um panorama conceitual e histórico sobre o tema, sem a necessidade de realizar experimentos ou coleta de dados primários.

De acordo com Sousa et al (2021), “a pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas”

Além dos dados obtidos em fontes acadêmicas, como livros, também realizamos a pesquisa de artigos científicos, teses e dissertações disponíveis em bases de dados. O estudo incluiu ainda a análise de documentos relevantes, como relatórios institucionais, legislações, diretrizes governamentais e outros documentos oficiais.

Diferentemente da pesquisa bibliográfica, que se concentra em materiais teóricos já publicados, a pesquisa documental busca examinar e interpretar documentos originais ou primários que forneçam informações sobre o objeto de estudo. Para Cardoso (2024) “a pesquisa documental pode ser desenvolvida a partir de diversas fontes e de diferentes documentos e não apenas a partir de textos.”

Já, o contexto escolhido por uma abordagem qualitativa, pelo feito da mesma permitir uma análise aprofundada e interpretativa dos dados, como aponta Cardoso (2024) “estudo qualitativo permeia a busca por compreensão de um fato a partir de onde ocorreu e de onde faz parte.”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das relações entre a cultura sexista e a construção de uma cultura feminina evidencia transformações significativas ao longo das últimas décadas. Entretanto, essas mudanças ocorrem em meio a tensões e contradições que revelam a permanência de estruturas patriarcais profundamente enraizadas no tecido social.



A CULTURA PATRIARCAL SEXISTA

Apesar de um crescente processo de conscientização por parte das mulheres, que têm buscado ressignificar seus papéis sociais e subjetivos, muitos homens ainda se mantêm em posições de resistência ou negação diante das mudanças propostas pelos movimentos de gênero, especialmente por aqueles que desafiam os pilares do sistema patriarcal.

Mediante o exposto, Melucci (2001) chama atenção para o fato de que as estruturas de subordinação, muitas vezes, são introjetadas de forma tão profunda no inconsciente coletivo que passam a ser percebidas como naturais. Uma vez internalizadas, essas estruturas tornam-se parte integrante da identidade e da memória coletiva das sociedades, tornando o processo de ruptura particularmente complexo. Mesmo quando as desigualdades são reconhecidas intelectualmente, a efetivação de mudanças práticas encontra barreiras emocionais e simbólicas, pois aquilo que é assimilado como “normal” dificilmente é confrontado sem resistência.

ESTRUTURAS PATRIARCAIS, MITOS DE GÊNERO E RESISTÊNCIA À MUDANÇA: A PERSISTÊNCIA DA CULTURA SEXISTA

Diante do exposto, notamos que essas construções são resultado de um processo histórico e social que se inicia na infância, aprofunda-se na adolescência e consolida-se na vida adulta, moldando valores, crenças e comportamentos de forma contínua. A escola, a família, os meios de comunicação e, mais recentemente, os movimentos feministas desempenham papéis importantes tanto na manutenção quanto na contestação dessas estruturas. Ainda assim, mesmo diante de significativas mudanças nos últimos anos — como o aumento da escolarização feminina e sua inserção no mercado de trabalho —, o patriarcado mantém-se presente, sobretudo nas formas simbólicas e nos discursos normativos sobre o papel social das mulheres.



Um exemplo emblemático da internalização desses discursos é o mito do amor materno. Segundo Badinter (1987), esse conceito foi sendo construído historicamente e incorporado ao imaginário social como uma verdade universal. A maternidade, nesse contexto, é apresentada não como uma escolha, mas como um destino inevitável e essencial para a realização plena da identidade feminina. A ideia de que toda mulher deve, naturalmente, desejar ser mãe contribui para a reprodução de estereótipos de gênero que limitam a liberdade de escolha das mulheres e reforçam sua vinculação ao espaço doméstico e ao cuidado com o outro.

Nesse sentido, o mito do amor materno atua como uma forma de controle simbólico que reforça a desigualdade entre os gêneros. Muitas mulheres, mesmo conscientes das discriminações que vivenciam, continuam a naturalizar essas imposições, acreditando que o cumprimento de papéis como o de mãe e esposa é condição necessária para sua aceitação e valorização social, o que lhe impõe múltiplas jornadas de atividades, seja só no espaço privado, e ampliando-se somarmos ao espaço público, o que lhe restringe sua autonomia na vida pública e profissional.

De acordo com Humberto Maturana p.20, “a maternidade, seja ela feminina ou masculina, é um fenômeno cultural, que pode ou não ser vivido em coerência com seus fundamentos biológicos” (2004, p.20).

Matthew Lipman (2001) reforça essa perspectiva ao afirmar que as crenças e atitudes preconceituosas estão profundamente arraigadas na psique das pessoas, e que abandoná-las pode provocar reações defensivas intensas.

O que encontramos seu complemento em Maturam (p. 22), “[...]o patriarcado criou o espaço psíquico que tornou possível a destruição da colaboração fundamental de homens e mulheres [...], (2004, p.22).

Isso evidencia o quão desafiador é promover mudanças estruturais em sociedades organizadas por uma lógica patriarcal. A transformação exige mais do que leis ou discursos — requer um processo de desconstrução interna, subjetiva e coletiva, que só é possível a partir da crítica constante aos mitos, valores e normas socialmente construídos.



Dentre essas crenças, mitos e valores, podemos destacar algumas, tais como: “não pode chorar” ou “expressar qualquer tipo de emoção ou sentimento”, podendo ser mal interpretado pela parceira, caso o faça. São pressionados e estimulados a serem os provedores da casa e sempre a estarem no controle, dificultando o vínculo com relações afetivas mais profundas e se porventura isto não ocorrer, é gerado o sentimento de frustração e insegurança. Eles são estimulados a sempre estarem na competitividade e no mercado de trabalho estarem em posição de liderança, sendo difícil de aceitar, quando uma mulher está num cargo mais elevado que o dele, dificultando as relações interpessoais, pois são vistos como dominantes, tendo de exercer sempre uma postura dominadora e muitas vezes agressiva.

Já no que diz respeito às mulheres, são incentivadas a priorizar o sentimento, o bem-estar dos outros, estando sempre disponíveis emocionalmente e de prontidão para servir e ajudar ao próximo. A sociedade espera que ela consiga conciliar a vida profissional com a família e é extremamente julgada, caso a vida profissional seja priorizada. Precisa estar sempre linda, elegante, com sorriso no rosto, disponível para acolher, pois é para isso que ela foi gerada, para acolher e servir ao próximo de todas as formas, com tudo organizado e de acordo com a moral e os bons costumes, pois se não for assim, ela pode estar incentivando o assédio.

As consequências dessas crenças são as criações de papéis rígidos e as desigualdades sociais: disparidades salariais, menor acesso a cargos de liderança por parte das mulheres, sentimento de sobrecarga na criação dos filhos e desvalorização das mulheres no trabalho e de pressão nos homens por quererem sempre estar na perfeição, atingindo todas as expectativas de um ideal inatingível, normalização de comportamentos nocivos como a agressividade por parte dos homens em seus relacionamentos, e mulheres sendo acusadas de provocar manifestações de assédio por parte dos homens.

Portanto, mesmo diante dos avanços sociais e da ampliação do debate sobre gênero, observa-se que os elementos centrais da cultura sexista ainda se mantêm ativos e influentes. A desconstrução dessas estruturas demanda não apenas ações individuais, mas também políticas públicas, práticas



educativas e produções culturais comprometidas com a equidade de gênero. É nesse contexto que a cultura feminina, em suas múltiplas expressões, se constitui como resistência simbólica e prática, desafiando os modelos tradicionais e propondo novas formas de ser, agir e existir no mundo.

Percebemos assim, a concepção de uma exclusão simbólica, tendo em vista as discriminações impostas, nesse exaustivo processo androcêntrico da sociedade. Nesse modelo, a mulher está ausente das instâncias de poder da sociedade, historicamente gerida por uma lógica masculina que determina as leis, diretrizes e valores sociais.

Enraizados, internalizados e vivenciados por gerações de mulheres ao longo do tempo, esses aspectos permanecem, mesmo diante de novas atitudes e mudanças de comportamento impulsionadas pelas pressões dos movimentos sociais e feministas, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, no Brasil.

De acordo com Saffioti (2004), apesar dos avanços promovidos pelos movimentos feministas e do declínio parcial da cultura patriarcal e androcêntrica nas últimas décadas, ainda prevalece, de modo geral, o domínio masculino na formulação das leis e dos direitos. Isso se deve, em grande parte, à baixa participação das mulheres nas instâncias decisórias, como na elaboração de políticas públicas relacionadas às questões de gênero.

No Brasil, o exercício pleno da cidadania pelas mulheres ainda é limitado, mesmo com os avanços jurídicos institucionais garantidos pela CRFB88. Em seu título II, dedicado aos “direitos e garantias fundamentais”, artigo 5º, estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” e que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]” (art. 5º, inciso I). Contudo, a desigualdade de fato persiste, sustentada por raízes históricas/sociais profundas.

Segundo Engels (1982), a propriedade privada e a lógica da herança foram determinantes para a ascensão da dominação masculina. Com o controle dos processos de organização social, o homem passou a deter o poder, enquanto as mulheres foram relegadas ao papel de servidoras — instrumentos de reprodução —, assegurando, por meio da família, o direito à herança e à perpetuação da propriedade privada. Para o autor:



A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. (ENGELS, 1982, p. 71).

Compreendemos, assim, que a cultura sexista constitui um conjunto de normas, crenças e comportamentos que perpetuam a desigualdade entre o feminino e o masculino, geralmente favorecendo os homens e restringindo as mulheres a papéis tradicionais. Essa cultura reforça estereótipos de gênero — como a ideia de que os homens são naturalmente racionais e vocacionados à liderança, enquanto as mulheres seriam mais emotivas e destinadas ao cuidado do lar —, limitando o potencial individual e coletivo feminino e comprometendo a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

EXPECTATIVAS E PRESSÕES DE GÊNERO: UM SISTEMA DE DEMANDAS DESIGUAIS

As desigualdades entre os gêneros não se manifestam apenas por meio da exclusão de espaços formais de poder ou na marginalização simbólica, mas também no interior da vida cotidiana, por meio de expectativas sociais diferenciadas e frequentemente opressoras. Desde a infância, homens e mulheres são socializados a desempenhar papéis distintos que moldam sua identidade/subjetividade e suas relações sociais, afetivas e profissionais. Tais expectativas revelam-se como instrumentos potentes de manutenção da cultura sexista e patriarcal.

Para as mulheres, espera-se historicamente que sejam cuidadoras, compreensivas, emocionalmente disponíveis e que coloquem as necessidades dos outros — especialmente da família — à frente das suas. E, mesmo diante de avanços a partir da inserção profissional e acadêmica das mulheres, a cobrança para conciliar carreira e maternidade persiste como um desafio, geralmente sem o mesmo grau de apoio ou cor-responsabilidade por parte dos parceiros.

Essa sobrecarga não é apenas prática, mas também simbólica, uma vez que reforça a ideia



de que a mulher deve se sacrificar para manter os vínculos afetivos e a estabilidade do lar (Saffioti, 2004; Rosemberg, 1994).

Para os homens, por outro lado, as pressões recaem sobre a obrigação de serem provedores financeiros, emocionalmente contidos, fortes e sempre no controle. Essa configuração dificulta não apenas o desenvolvimento de vínculos afetivos autênticos, mas também a possibilidade de expressão emocional e vulnerabilidade, frequentemente associadas, de forma negativa, ao “feminino”. Como aponta Bourdieu (1989), a cultura androcêntrica não apenas privilegia os homens no acesso ao poder, mas também os submete a um modelo rígido de masculinidade que muitas vezes é inalcançável e psicologicamente nocivo.

A título de exemplo, dentre tantos outros, podemos constatar um movimento intulado de: “Movimento Masculino”, que se opõem as mudanças, e querem permanecer em antigos valores, apontados nos dados sobre a supressão da vulnerabilidade masculina.

Hoje nas mídias sociais muito se ver o reflexo da supressão da vulnerabilidade masculina, que tem raízes em fatores culturais, religiosos, sociais e até biológico, ocorrendo graves problemas a partir da educação familiar, social, por serem ensinados a não chorar, não demonstrar dúvida e medo, a dominar proteger, calar sentimento, corpo e desejo feminino.

Claramente refletem a questão dessa vulnerabilidade suprimida pelo meio, e gradativamente internaliza-das, que vão promovendo um processo de insegurança e de sentimentos de fragilidade, frente aos movimentos e evolução do feminino, que gradativamente e permanentemente vão ampliando seu protagonismo e posicionamento.

Portanto, tal movimento supracitado, que surgem diante do movimento de emancipação e protagonismo feminino, no que na contemporaneidade as mulheres na sociedade, passam a não acatar o posicionamento passivo e a submissão diante do masculino, lutando por seu lugar no mercado de trabalho, nos espaços públicos e buscando inclusive lugares de destaque, não aceitando o lugar na sombra que sempre lhe fora resguardado. Tal posicionamento traz a tona o conceito de “Masculinismo” (grifo nosso), retratado no trecho a seguir:



Entende-se aqui por masculinismo grupos baseados em um discurso misógino que disseminam ódio às mulheres, seja de forma cômica ou falas contundentes contra tudo que envolva o feminino, englobando pessoas negras e LGBTQIA+. Para eles, mulheres são aproveitadoras, interesseiras e que buscam a destruição dos homens por meio do avanço de direitos e de negarem o lugar de subalternização historicamente relegado ao feminino. Na visão deles, na medida que os direitos das mulheres avançam e que negam seu lugar naturalizado de subalternização, a virilidade do homem diminui. (CAMILO, BRUNA et al, 2023, p.0 2).

Essa vertente tem impactado nas comunidades virtuais masculinas que vêm surgindo nos últimos anos, “O masculinismo se apropria desse momento”, explica a cientista política Bruna Camilo, em sua participação no Podcast (Camilo, Bruna et al, 2023), o assunto, retratando o que teve acesso as redes de ódio e misoginia no Brasil.

Por outro lado, quando verificamos o processo de assimetrias de expectativa e cobrança geram, dinâmicas de ressentimento e frustração. De um lado, as mulheres sentem-se sobrecarregadas, não valorizadas e culpabilizadas quando não correspondem ao ideal de “super mulher” — aquela que é bem-sucedida profissionalmente, cuida da casa, dos filhos e ainda mantém a harmonia afetiva. De outro, muitos homens sentem-se pressionados a manter uma imagem de controle e sucesso constante, sem espaço para falhas ou fragilidade, o que impacta diretamente sua saúde mental e seus vínculos interpessoais.

O sexismo, portanto, não é apenas um sistema de dominação de um gênero sobre o outro, mas uma estrutura que impõe limites e sofrimentos distintos a todos os sujeitos envolvidos, ainda que em graus e formas diferentes. Ele se manifesta em múltiplas esferas — no mercado de trabalho, na mídia, na educação, nas relações familiares e afetivas — e opera como uma rede invisível de normas que orienta condutas e restringe possibilidades de existência plena.

É nesse contexto que se faz urgente repensar os modelos normativos de gênero, compreendendo que a transformação não se dá apenas pela inclusão formal de mulheres em espaços de poder, mas também pela desconstrução dos papéis impostos a todos os gêneros. A superação da cultura sexista



exige um esforço coletivo de crítica, escuta e reconstrução de sentidos, capaz de promover relações mais equitativas, saudáveis e autênticas.

VIOLÊNCIA, ABUSOS E A NATURALIZAÇÃO DO CONTROLE

A cultura sexista não apenas define papéis rígidos para homens e mulheres, mas também cria condições para a normalização da violência dentro das relações afetivas, familiares e sociais. Ao associar masculinidade à agressividade, ao controle e à autoridade, muitos comportamentos abusivos são relativizados ou mesmo legitimados.

Homens que demonstram controle excessivo, ciúme ou mesmo agressões verbais e físicas muitas vezes são percebidos como “protetores” ou “dominantes”, e não como perpetradores de violência (SAFFIOTI, 2004; BOURDIEU, 1989).

Por outro lado, a responsabilização das mulheres pelos atos de violência que sofrem é uma das manifestações mais perversas dessa cultura. Frases como “não provoque” ou “se dê ao respeito” ilustram como o ônus do assédio ou da agressão recai sobre a vítima, e não sobre o agressor. Essa lógica contribui para a perpetuação do ciclo da violência de gênero, dificultando a denúncia, o acolhimento e o enfrentamento institucional dos casos.

Além disso, como destaca Rosenberg (1994), a violência simbólica se expressa também por meio de silenciamentos e da negação do sofrimento das mulheres, especialmente em espaços onde o discurso da igualdade formal se sobrepõe à realidade da exclusão concreta. A banalização desses comportamentos alimenta um ambiente de impunidade e medo, que reforça a desigualdade estrutural entre os gêneros.

É nesse contexto que podemos refletir sobre a chamada “cultura feminina”, frequentemente construída dentro dos limites traçados por uma cultura sexista. Quando valores como doçura, submissão, beleza e cuidado são constantemente exaltados como atributos naturais da mulher, não apenas se reforça a desigualdade de gênero, como também se restringem as possibilidades de



existência feminina. Judith Butler (1990), em sua teoria da performatividade de gênero, argumenta que os papéis de gênero não são expressões de uma essência, mas sim atos repetitivos que produzem o que se entende como “masculino” e “feminino”. Assim, a cultura sexista se encarrega de definir e restringir o que significa ser mulher.

Portanto, compreender o sexismo como um fenômeno ambivalente — ao mesmo tempo violento e sedutor — é fundamental para desconstruir as bases simbólicas que sustentam a desigualdade de gênero. A transformação dessa cultura exige um olhar crítico sobre as formas sutis e institucionais de dominação, assim como o fortalecimento de discursos e práticas que ampliem a liberdade e a diversidade das experiências femininas.

TRABALHO, INDEPENDÊNCIA E DESIGUALDADE ECONÔMICA

Outra face importante da cultura sexista manifesta-se no campo do trabalho e da independência econômica. Mulheres continuam enfrentando obstáculos significativos para ascender profissionalmente, mesmo quando possuem a mesma qualificação que seus colegas homens. Além disso, persistem desigualdades salariais que colocam as mulheres em posição de desvantagem, mesmo exercendo funções equivalentes (Saffioti, 2004).

Esse cenário tem implicações diretas nas dinâmicas familiares e nos relacionamentos afetivos. Enquanto a mulher é constantemente incentivada a “dar conta de tudo” — carreira, maternidade e gestão da casa —, o homem ainda é socialmente pressionado a ser o principal provedor. Quando essa expectativa não é cumprida, muitos homens passam a sentir-se fracassados ou ameaçados, o que pode gerar frustração, insegurança e até comportamentos de controle ou violência.

Esse desequilíbrio de papéis e de expectativas dentro da relação muitas vezes gera conflitos financeiros e simbólicos, já que o poder econômico ainda é um dos elementos estruturantes da autoridade masculina dentro da família. Conforme aponta Engels (1982), a dominação econômica é historicamente associada à manutenção da propriedade e do poder masculino, o que ajuda a explicar



a resistência à partilha equitativa de responsabilidades e de recursos no ambiente doméstico.

EDUCAÇÃO, PATERNIDADE E A DISTRIBUIÇÃO DE CUIDADO

A forma como homens e mulheres são educados também impacta diretamente na divisão das responsabilidades parentais. Muitos homens foram criados com a crença de que cuidar dos filhos é uma tarefa secundária ou opcional, delegada quase exclusivamente às mães. Isso gera um cenário em que a mulher, além das exigências profissionais e sociais, assume quase integralmente o papel de cuidadora, enfrentando sobrecarga emocional, física e mental.

Mesmo quando os pais passam a exercer um papel mais presente e participativo na criação dos filhos, essa atuação é frequentemente vista como “ajuda”, e não como responsabilidade compartilhada. Tal visão reforça a ideia de que o cuidado com os filhos é um “dom natural” da mulher, o que é contrariado pelo discutido por Inaderente (1987), como uma função aprendida e construída socialmente.

Essa distribuição desigual do cuidado também tem impacto direto na carreira e no tempo disponível para as mulheres, que muitas vezes precisam renunciar a oportunidades profissionais ou acadêmicas em função da ausência de suporte por parte dos parceiros e das instituições. A educação sexista, portanto, perpetua não apenas desigualdades no presente, mas molda a forma como futuras gerações irão lidar com o trabalho, a família e os afetos.

A CULTURA FEMININA

A cultura feminina é um tema multifacetado e complexo, que não se limita a um único olhar ou a um movimento feminista específico. Ao abordarmos esse tópico, procuramos considerar as diversas nuances que envolvem as diferenças de gênero, impostas entre os universos masculino e feminino. Esta perspectiva abrangente é fundamental para entender como a cultura feminina se constrói em meio a um conjunto de práticas, valores e tradições que têm evoluído ao longo do tempo.



As transformações nos costumes, na cultura e nas estruturas sociais desempenharam um papel revolucionário na ascensão do mundo feminino. Principalmente, ao transitar do espaço privado, tradicionalmente associado ao domínio doméstico e à submissão, para o espaço público, onde as mulheres podem se manifestar, participar de decisões e reivindicar seus direitos. Contudo, essas mudanças não ocorreram sem conflitos, uma vez que desafiaram estruturas ancoradas especialmente em um contexto ainda profundamente marcado pelo patriarcalismo, androcentrismo e sexismo, que perpetuam a dominação do poder masculino o pátrio poder.

No contexto brasileiro, a revogação do pátrio poder com a promulgação do Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/2002) foi um marco na busca por relações mais igualitárias. Essa alteração foi um passo significativo em direção à igualdade, reconhecendo a necessidade de relações mais equitativas entre os gêneros e promovendo uma nova visão sobre a convivência familiar e social.

Além disso, Navarro (2021) traz uma contribuição relevante ao oferecer uma perspectiva inovadora sobre os relacionamentos contemporâneos. Ele defende que a autonomia e a liberdade individual e sexual são pilares fundamentais para formar vínculos mais saudáveis e igualitários. Essa visão reflete uma mudança de estruturas, onde a liberdade de ser, sem amarras tradicionais ou imposições sociais, se torna um princípio essencial na construção da identidade feminina.

Portanto, os antigos papéis de gênero rigidamente definidos, foram sendo amplamente questionados. A figura da mulher, antes associada exclusivamente ao lar, à maternidade e ao papel de companheira submissa, enfrenta hoje uma reconfiguração que reflete as transformações sociais e culturais.

A cultura feminina, portanto, não é uma entidade homogênea, mas um espaço de diversidade e pluralidade, onde as experiências variam amplamente de acordo com fatores como classe social, raça, etnia e orientação sexual. Essa riqueza de vivências traz à tona a necessidade de um diálogo inclusivo e respeitoso, que reconheça as diferentes narrativas e desafios enfrentados pelas mulheres. Ao interagir essas experiências, podemos cultivar um espaço de empoderamento, onde as vozes femininas são não apenas ouvidas, mas existentes.



Nesse contexto, a análise crítica da cultura feminina deve continuar buscando não apenas compreender as transformações atuais, mas também promover ações concretas que incentivem a equidade de gênero em todos os níveis da sociedade. A luta pela igualdade requer um compromisso coletivo, onde tanto mulheres quanto homens reconheçam suas responsabilidades na desconstrução de estereótipos e na criação de um futuro mais justo.

Em suma, ao explorar a cultura feminina, é imperativo adotarmos uma abordagem que valorize a autonomia, conscientização e a solidariedade entre os gêneros. Somente assim poderemos avançar para um cenário onde a diversidade e a pluralidade sejam realmente respeitadas e integradas no tecido social, permitindo que cada indivíduo exerça seu potencial sem as limitações impostas por tradições arcaicas.

Na contemporaneidade, essas mudanças vêm sendo ressignificadas por meio de novos valores, hábitos, atitudes e estilos de vida. No entanto, ainda existem resistências oriundas do universo masculino, que se configuram como obstáculos ao pleno desenvolvimento emocional e social de ambos os sexos, afetando diretamente a saúde mental coletiva. A dicotomia entre feminino e masculino, construída cultural e socialmente, reforça dinâmicas de poder desiguais, muitas vezes ignorando as especificidades biológicas e subjetivas de cada indivíduo.

Essas pressões sociais, perpetuadas por instituições como a religião, o Estado e normas internalizadas, alimentam desigualdades, exclusões e violências simbólicas e físicas contra as mulheres, comprometendo sua saúde mental. Muitas mulheres enfrentam sofrimento ao se verem obrigadas a manter aparências e a sustentar tradições que já não refletem seus valores ou desejos, resultando em mal-estar psíquico, angústia, ansiedade e dificuldades de comunicação e convivência familiar.

Entretanto, há indícios de que aspirações por liberdade e autenticidade ganham força entre as mulheres. A manutenção de uma “falsa fusão” entre os sexos pode levar à perda da identidade individual e ao rompimento de limites pessoais. Como aponta Navarro (2017), embora as mudanças sejam lentas e graduais, elas são definitivas. A subjetividade humana, como nos mostra a psicanálise,



emerge das interações sociais, dos processos culturais e das experiências individuais e coletivas. Cada sujeito, portanto, desenvolve uma visão singular da realidade, expressando uma identidade própria.

Vivemos, assim, um cenário de tensões mútuas: as mulheres foram à luta, enquanto os homens, em grande parte, permaneceram alheios às mudanças, resultando em crises relacionais, conflitos de identidade, e, por vezes, em violência simbólica ou física. A resistência masculina às transformações das parceiras revela inseguranças profundas e geradoras de sofrimento — ainda mais intenso para as mulheres.

Navarro (2021) destaca que a busca por autenticidade nas relações é um processo libertador, mas que também rompe com normas tradicionais, gerando sofrimento psíquico em quem ainda se ancora em valores antigos. Sentimentos de inadequação, culpa, frustração e solidão são manifestações desse sofrimento, que pode ter múltiplas interpretações.

A cultura feminina pode ser entendida, por um lado, como o conjunto de práticas, valores e saberes transmitidos entre gerações de mulheres, valorizando experiências, sororidade e emancipação. Por outro, pode ainda carregar traços tradicionais associados ao cuidado, à sensibilidade e à empatia — os quais podem tanto valorizar quanto aprisionar, a depender da forma como são compreendidos e reproduzidos.

Porém, a partir dessa nova configuração nas relações, onde as mulheres se tornaram mais livres, conscientes, dinâmicas, trabalhadoras no espaço público e com maior nível de escolaridade e conhecimento, embora ainda inseridas, no contexto ainda sexista, portanto, uma visão da nossa cultura, que pregou e ainda prega em grande escala as desigualdades de gênero, na questão principal do universo feminino. Uma vez que antigas e presentes no contexto de desigualdade, não são facilmente superadas.

Percebemos, que ambos, estão vivendo em conflitos, isto é, as mulheres foram à luta, embora não em sua totalidade, e, por outro lado, sofrem as pressões do universo masculino, que não foram à luta e nem compartilharam com as mulheres, frente as novas revoluções ocorridas, resultando em questionamentos, brigas, agressões, sentimento de posse por parte dos homens, ao mesmo tempo



que também neles geraram inseguranças, ansiedade e angústia, referente as mudanças de suas companheiras, embora o sofrimento maior é das mulheres.

Segundo Navarro (2021), a busca por liberdade e autenticidade nas relações pode ser uma experiência libertadora, mas também provoca uma desconstrução das normas que antes davam estabilidade. Isso gera sofrimento para muitos, especialmente aqueles que ainda internalizam valores tradicionalistas, resultando em uma desconexão entre o que desejam e o que a sociedade exigem. O sofrimento psíquico se manifesta por meio de sentimentos de inadequação, culpa, solidão e frustração.

Nesse sentido, Scott (apud Torrão Filho, 2005) argumenta que o conceito de gênero foi desenvolvido para desafiar a noção de determinismo biológico nas interações entre os sexos. Ao adotar essa perspectiva, conseguimos reconhecer o gênero não apenas como um fator de categorização, mas como uma construção social que influencia e molda as identidades e as relações interpessoais. Essa construção social confere um caráter dinâmico ao gênero, permitindo que as pessoas se libertem de estigmas e expectativas limitativas que muitas vezes ditam não apenas os papéis que exercem, mas também os sentimentos que são considerados válidos dentro das relações pessoais e sociais.

Essa transformação exige um compromisso contínuo com a reflexão crítica e a prática consciente, permitindo que tanto as mulheres quanto os homens se libertem das amarras de um passado que muitas vezes limitou as suas capacidades de se relacionar de forma mais autêntica.

Em resumo, os caminhos de transformação dizem respeito não apenas à liberdade individual, mas à construção de um futuro em que as relações pessoais e sociais possam florescer sem as opressões do passado, dando espaço a relações mais justas, empáticas e verdadeiramente respeitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o tema da cultura sexista e a construção da cultura feminina representam um grande desafio, pois esse fenômeno está intimamente entrelaçado com a construção e a definição da identidade/subjetividade, um conceito que, por si só, já é intrinsecamente complexo. A psicanálise



permite compreender os conflitos internos e as dinâmicas de poder nas relações, evidenciando as tensões entre os desejos individuais e as expectativas sociais. Essas normas, quando não correspondem aos anseios subjetivos dos indivíduos, tornam-se fontes de sofrimento psíquico, como apontou Freud (1923) em *O mal-estar na civilização*.

Navarro (2021) contribui com uma leitura contemporânea das novas configurações relacionais, defendendo a autonomia e a liberdade sexual como fundamentos de relações mais autênticas e saudáveis, entre os gêneros.

Nesse contexto, os impactos dessas mudanças sociais, quando confrontadas com estruturas patriarcais rígidas, geram tensões e conflitos nas relações. As tentativas de equidade e reconfiguração dos papéis de gênero não foram assimiladas de forma pacífica, o que contribuiu para relações mais instáveis, emocionalmente frágeis e frequentemente marcadas pelo sofrimento psíquico.

Segundo Navarro (2021), embora novas formas de relacionamento estejam se expandindo, há resistências que geram conflitos internos intensos. Muitas pessoas continuam pressionadas a se encaixar nos modelos tradicionais, o que resulta em angústia, ansiedade e abalos na saúde mental — especialmente nas mulheres, que vivenciam de maneira mais intensa os efeitos dessas transformações.

O sofrimento psíquico surge, assim, de estruturas subjetivas que enfrentam dificuldades para assimilar essas novas configurações. Embora as mulheres sejam mais afetadas, os homens também têm vivenciado, ainda que em menor escala, efeitos psíquicos relevantes. Como aponta Torrão Filho (2005, p. 10), a internalizações de modelos hegemônicos de masculinidade não apenas afeta as mulheres, mas também gera sofrimento entre os próprios homens, dificultando a expressão e o reconhecimento dessas dores.

Além disso, é importante observar que a cultura patriarcal não opera isoladamente; ela está entrelaçada com outras formas de opressão, como racismo, classismo e homofobia, que se cruzam e amplificam a discriminação. Compreender como esses sistemas interagem, nos permite uma análise mais abrangente das desigualdades que as mulheres enfrentam. Essa intersecção é crucial para formular estratégias de resistência e transformação que realmente abordem as raízes do problema,



promovendo uma reestruturação das relações de poder na sociedade.

Para romper com essa cultura patriarcal arraigada, é necessário um esforço coletivo e contínuo, que envolva tanto homens quanto mulheres. A conscientização e a educação sobre as normas de gênero e suas consequências são passos fundamentais nesse processo. Além disso, a promoção da representatividade feminina em todas as esferas de decisão não só desafia o “status quo”, mas também oferece novas estruturas e modelos de liderança que podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesse sentido, uma análise crítica da cultura patriarcal sexista é essencial para a construção de um futuro em que as vozes e experiências das mulheres não apenas sejam reconhecidas, mas também valorizadas. A luta pela igualdade de gênero deve ser contínua, desafiando as narrativas dominantes e emparedando todos os indivíduos a questionar e reformular a normatividade que sustenta a exclusão e a opressão.

Embora o empoderamento feminino tenha avançado, a dificuldade dos homens em lidar com essas mudanças — devido à rigidez da cultura sexista — gera desequilíbrios significativos. Esses conflitos inconscientes, mesmo que não completamente elaborados, provocam sintomas como neuroses, psicoses e outras manifestações de sofrimento psíquico, conforme identificado por Freud (1933-1939).

O discurso sobre igualdade de gênero, embora tenha ganhado visibilidade nas últimas décadas, o sexismo continua profundamente enraizado nas estruturas sociais contemporâneas, assumindo formas que, por vezes, escapam à percepção imediata. A cultura patriarcal e sexista, agora combinada com novas tecnologias e plataformas de comunicação, adapta-se aos tempos modernos e encontra meios de se perpetuar, inclusive sob o disfarce de discursos progressistas.

Assim, a discriminação da cultura feminina, encontra respaldo, em um espaços onde o sexismo se manifesta com força, hoje principalmente através das redes sociais digitais. Plataformas como Instagram, TikTok e Twitter operam como vitrines onde os corpos são constantemente avaliados, julgados e consumidos (em sua grande maioria, os das mulheres). Com a lógica algorítmica



dessas plataformas, que privilegia conteúdos visualmente apelativos e sensacionalistas, contribui para a hipersexualização e objetificação do corpo feminino, sobretudo o jovem, magro e branco — reforçando padrões estéticos excludentes e prejudiciais à saúde mental das mulheres.

A socióloga Eva Illouz (2011) destaca como o capitalismo emocional transforma emoções e corpos em mercadorias. Nesse contexto, o corpo feminino é convertido em produto de consumo simbólico, reforçando padrões estéticos excludentes: juventude, magreza, pele clara e aparência heteronormativa. A pressão para corresponder a esses padrões leva muitas mulheres a desenvolverem transtornos de imagem, ansiedade e baixa autoestima, o que evidencia os efeitos psíquicos da cultura sexista nas redes.

O sexismo contemporâneo é camaleônico: adapta-se, disfarça-se e se reproduz mesmo em discursos que aparentam igualdade. A teoria do sexismo ambivalente ajuda a identificar suas múltiplas formas e a compreender como o elogio, a proteção e o romantismo podem operar como mecanismos de controle social.

As dificuldades em conciliar os desejos individuais com as pressões sociais e familiares têm provocado conflitos internos que se manifestam por meio do mal-estar, da ansiedade e de desconfortos nas relações afetivas. A psicanálise, ao abordar os conteúdos inconscientes que permeiam esses conflitos, oferece uma leitura profunda e sensível sobre a complexidade das relações humanas, mostrando como pulsões reprimidas e normas internalizadas influenciam diretamente o bem-estar emocional e psicológico dos sujeitos.

Porém, mesmo centrado em tais modelos excludentes, podemos encontrar caminhos para a superação do sexismo, através de ações coordenadas em diferentes esferas: educação, política, cultura, economia, psicossociais e, sobretudo, no campo das mentalidades.

Valorizar a cultura feminina/ masculina implica em reconhecer e legitimar a diversidade de vivências e trajetórias possíveis para-ambos— não como exceções, mas como expressões legítimas da liberdade.

Por meio de suas técnicas e da escuta clínica, a psicanálise permite compreender como



o desejo inconsciente entra em choque com padrões sociais estabelecidos. Esse conflito entre autenticidade subjetiva e expectativas normativas pode gerar tanto experiências de libertação quanto sofrimento psíquico, até que novos sentidos sejam ressignificados. O processo psicanalítico favorece, assim, a construção de caminhos singulares, possibilitando que o sujeito compreenda as motivações inconscientes por trás de suas escolhas e como essas influenciam diretamente suas relações interpessoais.

Essa realidade, confirmada por dados do IBGE (2023), reforça a necessidade de refletir sobre o impacto das estruturas sociais e das expectativas tradicionais nas vivências afetivas contemporâneas. Embora haja avanços significativos na construção de relações mais igualitárias e saudáveis, ainda há um longo caminho a ser percorrido — caminho esse que exige auto-conhecimento, superação de valores tradicionais e abertura para novas formas de se relacionar.

Assim, observa-se, no contexto social mais amplo, que transformações culturais, sociais e de gênero têm provocado uma gradual desconstrução de papéis historicamente atribuídos, sobretudo ao feminino. O empoderamento das mulheres e a reivindicação por equidade nas relações têm sido acompanhados por conflitos interpessoais e intra-psíquicos, onde ainda persistem vestígios de um determinismo biológico que historicamente relegou as mulheres à passividade e à submissão.

Diante disso, a saúde mental das pessoas em processo de transformação deve ser analisada com atenção e profundidade, já que as tensões entre desejos pessoais e pressões sociais repercutem diretamente na estabilidade emocional, na construção da identidade e na qualidade dos vínculos afetivos. Tais impactos se manifestam de maneiras diversas em cada sujeito, considerando as particularidades de gênero, cultura e história de vida.

Espera-se que, este trabalho sirva de ponto de partida para novos estudos, debates e projetos — tanto no campo acadêmico quanto na sociedade em geral — que busquem compreender, acolher e intervir nas questões emergentes relacionadas às novas formas de amar, conviver e subjetivar-se.

Maturana e Verden-Zöller (2004), apontam para a possibilidade de um novo espaço psíquico, no qual homens e mulheres possam coexistir de forma colaborativa e libertadora:



O patriarcado é um modo de viver um espaço psíquico. Se quisermos recuperar a igualdade colaborativa da relação homem-mulher da [...] e, que para que isso aconteça, devemos viver à maneira dos homens e mulheres que vivem como colaboradores iguais, por meio de uma conspiração na qual homens e mulheres, mulheres e homens, coparticipam da criação de uma convivência mutuamente acolhedora e libertadora, que se prolonga desde a infância até a vida adulta. (MATURANA & VERDEN-ZÖLLER, 2004, p. 24)

E, ainda diz mais:

devemos viver à maneira dos homens e mulheres que vivem como colaboradores iguais, por meio de uma conspiração na qual homens e mulheres, coparticipam da criação de uma convivência mutualmente acolhedora e libertadora, que se prolonga desde a infância até a vida adulta. (MATURANA e VERDEN-ZOLLER, 2004, p. 24).

Essas mudanças, contudo, geram novas tensões e exigem novas formas de lidar com o desejo, com o compromisso e com a identidade de gênero. O presente artigo buscou refletir sobre essas transformações à luz da psicologia e das contribuições de autores contemporâneos, reconhecendo que o sofrimento psíquico não é um desvio individual, mas expressão de conflitos sociais, culturais e simbólicos ainda em disputa.

Porém, observamos significativos avanços, que apontamos durante o presente trabalho, que tem resignificado os papéis femininos, demonstrando significativos avanços, para com o universo feminino, embora ainda prevaleçam tradições significativas, que dificultam, mas não mais impedem rupturas de antigos papéis.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Patrícia Mafra de; REIS, Daniel Bruno dos. Monogamia e identidade: considerações psicanalíticas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 35-43, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3765/376565651004/376565651004.pdf>.



Acesso em: 24 set. 2024.

BARROS, Duda Monteiro. Movimento red pill revela a face cruel e reacionária do machismo, 2025 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/movimento-red-pill-revela-a-face-cruel-e-reacionaria-do-machismo/> Acesso em : 18maio 2025

CAMILO, Bruna. GALETTI Camila Carolina H. O impacto da misoginia na Política institucional: uma análise do antifeminismo a partir do masculinismo e Bolsonarismo. 2024 ARTIGO disponível em: 47º Encontro Anual da ANPOCS - O impacto da misoginia na política institucional: uma análise do antifeminismo a partir do masculinismo e bolsonarismo Acesso em : 18 maio 2025

CARDOSO, Juliana Pena Teixeira; BATISTA, Gustavo Araújo. A Pesquisa Documental No Âmbito Das Políticas Educacionais: CONCEITOS E DISCUSSÕES. Cadernos da FUCAMP, v. 29, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3429>. Acesso em: 01 out. 2024.

FREUD, Sigmund. Neurose, psicose, perversão. Obras incompletas de Sigmund Freud, 1853-1939. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: FREUD, Sigmund. Obras completas, v. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. E-book. ISBN 978-85-8086-433-5.

FREUD, Sigmund. O ego e o id. In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 19. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1923.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 7. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1905.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1920.

GERHARDT, Elisabeth T.; SILVEIRA, Denise T. Métodos de pesquisa. 1. ed. Porto Alegre: Série Educação a Distância – EAD, 2009.

GRIFFIN, Jonathan. O mundo sombrio dos ‘incels’, celibatários involuntários que odeiam as mulheres.



2021 BBC trending Disponível em : O mundo sombrio dos ‘incels’, celibatários involuntários que odeiam mulheres - BBC News Brasil Acesso em : 18 de maio de 2025

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito da Família. Pesquisa do IBGE aponta que brasileiros têm casado menos e se divorciado mais rápido. 2024. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8040>

LEITE, Sonia. O supereu, em Freud e Lacan: da moralidade à amoralidade, uma gula estrutural. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/Kcc7XvjKhYzxYyFnPdCxSvJ/>. Acesso em: 10 set. 2024.

LINS, Regina Navarro. Nada vai ser como antes: grandes transformações nos relacionamentos amorosos. São Paulo: Planeta Brasil, 2017.

LINS, Regina Navarro. Arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo. A cama na varanda. Rio de Janeiro: BestSeller, 2021.

MACKLIN, Eleanor. Nontraditional family forms: a decade of research. Journal of Marriage and Family, v. 42, n. 4, p. 905-922, 1980. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/QmP3dyFhnkVRJJx7XMGLbmJ/>. Acesso em: 7 abr. 2024.

MATURANA, Humberto; VERDEN-ZOLLER, Ximena. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano – do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MENEZES, Walfrido. MULHERES (IN)VISÍVEIS: UM ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL ACERCA DA CIDADANIA FEMININA, 2011

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PILÃO, Cláudio Alberto. Sexualidad, salud y sociedad: ativismos não monogâmicos no Brasil contemporâneo: a controvérsia poliamor – relações livres. Sexualidad, Salud y Sociedad, 2022.



PODER360 Entenda o que é o Legendários movimento religioso só para homens 2025 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-brasil/entenda-o-que-e-o-legendarios-movimento-religioso-so-para-homens/> Acesso em : 18 Maio 2025

SILVA, Rafael Pereira; MELO, Eduardo Alves. Masculinidades e sofrimento mental: do cuidado singular ao enfrentamento do machismo? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 10, p. 4613-4622, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n10/4613-4622/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 30 out. 2024.

TORRÃO FILHO, Almícar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9qWCTLfW8Qvr9bTspS9dSsd/#ModalTutors>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PODER360 Entenda o que é o Legendários movimento religioso só para homens 2025 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-brasil/entenda-o-que-e-o-legendarios-movimento-religioso-so-para-homens/> Acesso em : 18 Maio 2025



